

ROLF MADALENO

ALIMENTOS
COMPENSATORIOS

PATRIMONIAIS
HUMANITÁRIOS

2^a
edição revista,
atualizada
e reformulada

FORENSE

• O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

• Fechamento desta edição: 15.02.2024

• O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

• **Atendimento ao cliente:** (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

• **Direitos exclusivos para a língua portuguesa**

Copyright © 2024 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 - Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro - RJ - 20040-040

www.grupogen.com.br

• Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

• Capa: Daniel Kanai

• **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M151a

2. ed.

Madaleno, Rolf

Alimentos compensatórios / Rolf Madaleno. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Forense,
2024.

368 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia

Índice alfabético-remissivo

ISBN 978-85-3099-466-2

i. Alimentos (Direito de família) - Brasil. I. Título.

24-88074

CDU: 347.615(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

Capítulo 1 Dos alimentos

1.1.	Conceito.....	1
1.2.	Espécies de alimentos.....	5
1.2.1.	O longo caminho a ser percorrido em prol da igualdade efetiva	7
1.2.2.	Binômio ou trinômio alimentar.....	9
1.2.3.	Alimentos provisórios	13
1.2.4.	Alimentos regulares ou definitivos.....	14
1.2.5.	Alimentos em espécie	16
1.2.6.	Alimentos <i>in natura</i>	17
1.2.7.	Alimentos do direito de família	19
1.2.8.	Alimentos da responsabilidade civil.....	21
1.2.9.	Alimentos do direito das sucessões	23
1.3.	Alimentos consanguíneos	25
1.3.1.	Reembolso de alimentos e gestão de negócios.....	26
1.3.2.	Alimentos gravídicos.....	29
1.3.3.	Alimentos avoengos.....	30
1.3.4.	Dever genérico de sustento.....	31
1.3.5.	Conceitos distintos entre dever e obrigação alimentar	32
1.4.	Alimentos entre cônjuges e conviventes.....	34
1.4.1.	Pensão alimentícia	38
1.4.1.1.	Necessidades ordinárias e extraordinárias.....	39
1.4.2.	Alimentos transitórios.....	42
1.4.3.	Alimentos compensatórios.....	44
1.5.	Alimentos entre colaterais.....	47
1.6.	A responsabilidade alimentar do Estado	49
1.7.	Características da obrigação alimentar.....	52
1.7.1.	Direito personalíssimo.....	52
1.7.2.	Transmissibilidade	53

1.7.3.	Divisibilidade.....	57
1.7.4.	Condicionalidade.....	58
1.7.5.	Reciprocidade.....	60
1.7.6.	Alternatividade.....	60
1.7.7.	Imprescritibilidade.....	61
1.7.8.	Incompensabilidade.....	63
1.7.9.	Irrenunciabilidade.....	64
1.7.10.	Impenhorabilidade.....	65
1.7.11.	Irrepetibilidade.....	66
1.8.	Alimentos e prisão civil.....	68
1.8.1.	Protesto por inadimplemento.....	70
1.8.2.	Outros meios coercitivos.....	72
1.8.2.1.	<i>Astreintes</i>	76
1.9.	Alimentos e prestação de contas.....	79
1.9.1.	Prestação de contas nos alimentos compensatórios.....	82
1.10.	Pensão alimentícia e tributação.....	85
1.11.	Revisão de alimentos.....	90
1.11.1.	Majoração.....	91
1.11.2.	Redução.....	93
1.11.3.	Extinção.....	94
1.11.4.	Exoneração.....	95
1.11.5.	Renúncia dos alimentos.....	97
1.11.6.	Artigo 13, § 2.º, da Lei 5.478/1968.....	100
1.11.7.	Súmula 621 do STJ.....	102

Capítulo 2 – Compensação econômica patrimonial

2.1.	O regime da separação de bens.....	108
2.2.	O esforço comum da Súmula 377 do STF.....	110
2.3.	A doutrina da sociedade de fato.....	111
2.4.	A jurisprudência do STJ.....	112
2.5.	O regime da separação de bens na legislação estrangeira.....	119
2.6.	Princípios que sustentam a comunidade de bens.....	121
2.7.	Novos câmbios sociais, novos direitos matrimoniais.....	122
2.7.1.	O artigo 1.438 do Código Civil espanhol.....	124
2.7.2.	Dever de contribuir para os encargos da vida familiar.....	127
2.8.	Quantificação da compensação econômica patrimonial.....	131
2.9.	A jurisprudência argentina sobre a compensação econômica.....	135
2.10.	A jurisprudência brasileira sobre a compensação econômica.....	136

Capítulo 3 – Dos alimentos compensatórios

3.1.	Introdução	139
3.2.	Conceito de alimentos compensatórios	148
3.2.1.	Natureza jurídica dos alimentos compensatórios.....	151
3.2.2.	A confusão entre alimentos compensatórios humanitários e patrimoniais e a pensão alimentícia.....	155
3.2.3.	Da restituição dos alimentos compensatórios.....	160
3.3.	Alimentos compensatórios patrimoniais	163
3.3.1.	A posse exclusiva dos bens comuns rentáveis.....	173
3.3.2.	Alimentos compensatórios e frutos dos bens comuns.....	176
3.3.3.	Autonomia privada e alimentos compensatórios	178
3.3.4.	Pacto antenupcial e alimentos compensatórios	183
3.3.5.	A entrega da renda líquida de bens comuns.....	192
3.3.6.	Bens conjugais rentáveis.....	193
3.3.7.	A renda líquida dos bens comuns como alimentos compensatórios.....	195
3.3.8.	A divisão periódica dos lucros do artigo 1.027 do Código Civil.....	197
3.3.9.	O pagamento de alimentos a cargo da massa comum de bens.....	198
3.3.10.	Dívidas conjugais	200
3.3.11.	Fraude pelo falso débito	201
3.3.12.	Má administração	202
3.3.13.	Algumas medidas da tutela provisória.....	203
3.3.14.	Antecipação de tutela	203
3.3.15.	A entrega judicial antecipada da renda líquida de bens conjugais.....	204
3.3.16.	Alimentos compensatórios sobre rendas de sociedades simples.....	206
3.3.17.	A natureza jurídica dos lucros e dividendos e sua compensação na partilha	209
3.4.	Alimentos compensatórios humanitários	210
3.4.1.	Momento de verificação do desequilíbrio econômico	215
3.4.2.	Limitação temporal dos alimentos compensatórios.....	218
3.4.3.	Critérios de fixação dos alimentos compensatórios.....	224
3.4.3.1.	Alimentos compensatórios em forma de capital.....	225
3.4.3.2.	Alimentos compensatórios em forma de prestações periódicas	227
3.4.3.3.	O regime de bens.....	228
3.4.3.4.	Alimentos compensatórios e tributação	230
3.5.	Natureza jurídica dos alimentos compensatórios	235
3.5.1.	Assistencial.....	237
3.5.2.	Indenizatória.....	238
3.5.2.1.	A compensação econômica do direito francês.....	240
3.5.2.2.	A compensação econômica no direito alemão.....	241

3.5.2.3.	A compensação econômica do direito espanhol.....	243
3.5.2.4.	A compensação econômica no direito catalão	245
3.5.2.5.	A compensação econômica do direito cubano	246
3.5.2.6.	A compensação econômica do direito italiano	246
3.5.2.7.	A compensação econômica do direito chileno	247
3.5.2.8.	A compensação econômica do direito peruano.....	249
3.5.2.9.	A compensação econômica do direito romeno.....	251
3.5.2.10.	A compensação econômica do direito português.....	252
3.5.2.11.	A compensação econômica do direito brasileiro.....	252
3.5.3.	Características dos alimentos compensatórios	254
3.5.3.1.	Renunciabilidade.....	255
3.5.3.1.1.	Renúncia em pacto antenupcial	255
3.5.3.2.	Momento do estabelecimento	258
3.5.3.3.	Caducidade	260
3.5.3.4.	Substituição	261
3.5.3.5.	Depende de requerimento expresse	262
3.5.3.6.	Revisão.....	263
3.5.3.7.	Extinção.....	265
3.5.3.8.	Alimentos compensatórios e novo relacionamento afetivo..	268
3.5.4.	Mutação de pensão alimentícia em alimentos compensatórios	269
3.6.	O desequilíbrio econômico	270
3.6.1.	O desequilíbrio perene	272
3.6.2.	O desequilíbrio transitório	275
3.6.3.	A posição econômica dos cônjuges ou companheiros.....	278
3.6.4.	Os pressupostos dos alimentos compensatórios humanitários	279
3.6.4.1.	O acordo dos cônjuges ou conviventes	280
3.6.4.2.	A idade e o estado de saúde	282
3.6.4.3.	A qualificação profissional e a expectativa de trabalho	283
3.6.4.4.	A dedicação passada e futura	284
3.6.4.5.	A colaboração do consorte no trabalho do parceiro	287
3.6.4.6.	A duração da convivência.....	290
3.6.4.7.	A perda eventual de pensão alimentícia	291
3.6.4.8.	Qualquer outra questão relevante.....	292
3.7.	O caráter indenizatório dos alimentos compensatórios.....	293
3.7.1.	O enriquecimento sem causa	296
3.7.2.	Tratamento tributário da pensão compensatória	297
3.7.3.	Sua cumulação com a pensão alimentícia	301
3.7.4.	Atualização monetária da pensão compensatória	302
3.7.5.	A transmissão dos alimentos compensatórios	303

3.8.	Revisão e extinção dos alimentos compensatórios	305
3.8.1.	Revisão judicial.....	308
3.8.2.	Revisão retroativa.....	308
3.8.3.	Exoneração e extinção dos alimentos compensatórios	310
3.8.4.	Recasamento do credor	311
3.8.5.	Enriquecimento do credor.....	311
3.8.6.	Morte do devedor	312
3.8.7.	Morte do credor	312
3.9.	Execução dos alimentos compensatórios	313
3.9.1.	Coação pessoal	315
3.9.2.	Teses contrárias à prisão civil por alimentos compensatórios	317
3.9.3.	Teses favoráveis à prisão civil por alimentos compensatórios	322
3.9.4.	Coação patrimonial	324
3.9.5.	Cumprimento provisório e caução	324
3.9.6.	Alternativas executivas	329
3.9.7.	Prescrição dos alimentos compensatórios.....	332

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	333
---	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	347
---	------------